

## Notas Livres

### OPEN ACCESS E TURISMO: DADOS BRASILEIROS E MEXICANOS

**Cristina Marques Gomes<sup>1</sup>**  
**Manuel Ramón González Herrera<sup>2</sup>**

#### INTRODUÇÃO

O presente artigo versa sobre o *open access* (OA) a partir dos dados de duas pesquisas: uma financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq - (Chamada Universal - MCTI/CNPq Nº 14/2013 - Brasil) e intitulada "O acesso aberto no Turismo: cartografia brasileira" e outra associada ao pós-doutoramento de Gomes "Acceso abierto em el Turismo" realizado na Universidad

<sup>1</sup> Pós-Doutorado. Universidad Autónoma de Ciudad Juárez. México. Departamento de Ciências Administrativas. Programa de Turismo. Docente do Departamento de Ciências da Comunicação da Universidade Federal de Santa Maria. Brasil. E-mail: cristina@alumni.usp.br

<sup>2</sup> Doutor em Ciências Geográficas com especialização em Turismo pela Universidad de Habana (Cuba) e Universidade de Dalhousie (Canadá) com posterior equivalência ao grau de Doutor pela Universidade de Alcalá (Espanha); Doctor Honoris Causa Summa Cum Laude pelo Conselho Iberoamericano. Professor, Investigador e Consultor no Departamento de Ciências Administrativas da Universidad Autónoma de Ciudad Juárez (México). E-mail: manglez04@yahoo.es

Autónoma de Ciudad Juárez, México, sob supervisão de Herrera. Ambos os trabalhos possuem objetivos semelhantes, um com enfoque na realidade brasileira e outra na mexicana, a saber: traçar o perfil do conhecimento teórico absorvido pelos “stakeholders” (pesquisadores e editores) sobre a questão do acesso aberto em Turismo e, de forma complementar, entender as “motivações” e “barreiras”, dos pesquisadores em Turismo, em relação à publicação em acesso aberto.

A fonte/referência metodológica do questionário foi oriunda da investigação “Os Investigadores em Portugal e a sua Relação com o Acesso Aberto à Produção Científica” de 2013. No Brasil os dados foram colhidos junto à Rede de Pesquisadores Acadêmicos em Turismo (REPETUR) em 2015 e no México na Academia Mexicana de Investigación Turística (AMIT) em 2017. A diferença temporal de dois anos em cada pesquisa foi proposital no sentido de compreender, mesmo sem a intenção de uma análise comparativa entre dados de diferentes países, a evolução do OA. Como contributo, portanto, o presente artigo trará maior visibilidade sobre o tema na área de Turismo e proporcionará dados confiáveis para o futuro planejamento e prognóstico das publicações científicas brasileiras e mexicanas.

A partir, portanto, dessas questões, o presente artigo é dividido nos seguintes itens: “considerações metodológicas”, “resultados parciais”, além das “considerações finais” sobre o tema.

## CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS

As duas pesquisas (brasileira e mexicana) tiveram como base os estudos precedentes sobre o Projeto “Study of Open Access Publishing” (Soap)<sup>3</sup> associado ao “Seventh Framework Programme” (FP7) e, em seguida, os “Projetos Open Access da Universidade do Minho”<sup>4</sup> e daí derivou-se o modelo do questionário a partir do relatório “Os Investigadores em Portugal e a sua Relação com o Acesso Aberto à Produção

<sup>3</sup> Disponível em: <<http://project-soap.eu/>>.

<sup>4</sup> Disponível em: <<https://openaccess.sdum.uminho.pt/>>.

Científica”. O questionário foi aplicado, via o site *survey monkey*<sup>5</sup>, em 2015 à Rede de Pesquisadores Acadêmicos em Turismo (REPETUR-Brasil) e em 2017 a Academia Mexicana de Investigación Turística (AMIT). As questões foram divididas em duas partes com 10 perguntas cada. A Rede Brasileira era composta por 450 pesquisadores e obteve 46 (10,22%) respostas na primeira parte do questionário e 35 (7,77%) na segunda. Já a Academia Mexicana possuía 99 investigadores e 22 (22,22%) responderam a primeira parte e 13 (13,13%) a segunda. Uma desistência de 24% no contexto brasileiro e 41% no mexicano da primeira para a segunda parte. Não há uma hipótese única para tal fato já que além do tema pouco explorado e questões detalhadas era necessário “clique” em outro link para migrar da parte 1 para a 2. Depois de aplicado o questionário, os dados foram analisados e interpretados gerando, por conseguinte, um relatório técnico ao CNPq e alguns artigos, dentre os quais, esse, que expõem os dados brutos permitindo a leitura por parte de outros pesquisadores e, conseqüentemente, ampliando a análise com informações que podem ser exploradas em outras investigações.

## RESULTADOS PARCIAIS

As 4 primeiras questões estavam diretamente relacionadas ao perfil do entrevistado, ou seja, a idade, sexo, escolaridade e profissão e foram assim respondidas:

a) No Brasil: a maioria (55,56%) estava na faixa de 31-40 anos (25 respondentes); em seguida figuravam os respondentes (10) de 41-50 anos; depois, os até 30 anos (4 respondentes; 8,89%), e, por fim, numericamente iguais (3 respondentes; 6,67%) surgem as categorias “de 51-60 anos” e “mais de 60 anos”; Já no México a maioria pertencia a uma faixa etária maior - de 41 a 50 (36,36%), de 51 a 60 (31,82%) e mais de 60 (18,18%).

b) sobre sexo: 51,11% era feminino e 48,89% masculino - praticamente iguais, 23 e 22 respondentes, respectivamente, no Brasil; no México o predomínio também era de mulheres (54,55% - 12 respondentes).

---

<sup>5</sup> Disponível em: <<https://pt.surveymonkey.com/>>.

c) a escolaridade segue a seguinte sequência no Brasil: doutor (31,11%), mestre (26,67%), doutorando (24,44%), pós-doutorado (15,56%) e graduação (0,0%). Somando “doutor” e “doutorando” temos 55,55% do total de respondentes. No contexto mexicano a proporção de doutores era maior (59,09%), seguido dos doutorandos (22,73%) e dos pós-doutores (4,55%).

d) quase todos os respondentes do Brasil eram docentes da área (36); seguidos de turismólogos (2) e geógrafos (2); e, por fim, com uma resposta cada, estavam as categorias “aposentado”; “guia de turismo e agente de viagem” e “analista de políticas sociais” - essa questão era aberta. No México mais da metade dos respondentes eram, também, docentes.

A quinta pergunta era: “concorda com a seguinte afirmação 'não existe qualquer problema com o acesso aberto à informação científica no meu país'”? E, nesse quesito, no Brasil, 67,39% responderam que discordam; 17,39% discordam plenamente; 13,04% concordam; 2,17% concordam plenamente e nenhum respondente assinalou a alternativa “sem opinião”. No México a maioria, mesmo com uma margem menor, também discordava (54,55%) seguidos, no entanto, dos que concordavam 27,27%. Concorda plenamente correspondia a 4,55% dos respondentes, sem opinião 4,55% e discordo plenamente 9,09%.

Quanto a “qual é a sua opinião em relação às seguintes potenciais barreiras de acesso às publicações científicas?” temos o seguinte quadro para o Brasil:

**Tabela 1 - resposta questão 6 - primeira parte do questionário**

	Muito importante	Importante	Pouco importante	Nada importante	Sem opinião	Total	Média ponderada
Insuficientes políticas, estratégias e estruturas de acesso às publicações científicas	34,78% 16	58,70% 27	4,35% 2	0,00% 0	2,17% 1	46	1,76
Elevados preços dos artigos/assinaturas das revistas científicas	50,00% 23	36,96% 17	10,87% 5	2,17% 1	0,00% 0	46	1,65
Financiamento das bibliotecas reduzido ou limitado	45,65% 21	45,65% 21	2,17% 1	4,35% 2	2,17% 1	46	1,72
Falta de interesse e conscientização da comunidade científica relativamente ao acesso aberto	51,11% 23	28,89% 13	17,78% 8	2,22% 1	0,00% 0	45	1,71
Falta de incentivos para encorajar práticas que promovam o acesso à produção científica	58,70% 27	32,61% 15	6,52% 3	0,00% 0	2,17% 1	46	1,54

Fonte: (GOMES; 2015)

No caso mexicano todos os itens seguem a mesma tendência positiva e negativa com exceção do “financiación de las bibliotecas reducido o limitado” que na perspectiva de lá é muito importante para 54,55% e importante para 36,36%. As demais categorias seguem a seguinte estrutura: “insuficientes políticas, estrategias y estructuras de acceso a las publicaciones científicas”: muito importante (40,91%), importante (54,55%) e pouco importante (4,55%); “elevados precios de los artículos / firmas de las revistas científicas” também como muito importante com a mesma média: muito importante (50,00%), importante (45,45%) e pouco importante (4,55%); “falta de interés y concientización de la comunidad científica sobre el acceso abierto”: muito importante (66,67%) e importante (33,33%); e “falta de incentivos para alentar prácticas que fomenten el acceso a la producción científica”: muito importante (59,09%), importante (31,82%), pouco importante (4,55%) e nada importante (4,55%).

O conceito de acesso aberto foi explorado em duas questões: a primeira era “conhece e compreende o conceito de acesso aberto (Open Access) à produção científica?” e a segunda “se sim, descreva”. No Brasil, 37 responderam “sim”, ou seja, 80,43% e 9 “não”, correspondente a 19,57%. As respostas descritivas englobavam: de um lado o acesso aberto de forma genérica (18 respostas - como, por exemplo, “acesso livre, transparente e gratuito”), e, de outro, o acesso aberto em oposição ao pagamento (13 respostas - como, por exemplo, “acesso aberto, sem taxas, assinaturas, etc”) e, por outra via, algumas respostas (3) apresentavam um caráter mais “explicativo” - incluindo a iniciativa de um “movimento”, as “pesquisas oriundas de projetos financiados por programas públicos” e “produzidas por instituições públicas”; e, por fim, três respostas classificadas como “contraditórias” - associando o acesso aberto com a não “avaliação prévia pelo editor e posteriormente pelos pares”, outra que afirmava que “o crivo financeiro para a publicação retira a isenção das bancas julgadoras” e que “é uma plataforma online de parceria entre IES e periódicos”. No México o “sim” para a questão chave foi a resposta dada por todos os pesquisadores que, no item aberto, descreviam o conceito de forma correta e aplicável.

A nona questão da primeira parte do questionário era “qual a sua opinião em relação às seguintes afirmações” - estas expostas no quadro abaixo pela ótica dos brasileiros:

**Tabela 2 - resposta questão 9 - primeira parte do questionário**

	Concordo plenamente	Concordo	Sem opinião	Discordo	Discordo plenamente	Total	Média ponderada
O acesso aberto irá alterar a comunicação científica na minha área de investigação nos próximos anos	34,78% 16	34,78% 16	19,57% 9	6,52% 3	4,35% 2	46	2,11
O acesso aberto aumenta o número de citações dos meus trabalhos de investigação	47,83% 22	43,48% 20	4,35% 2	4,35% 2	0,00% 0	46	1,65
O acesso aberto aumenta o acesso a disseminação das publicações científicas	69,57% 32	30,43% 14	0,00% 0	0,00% 0	0,00% 0	46	1,30
O acesso aberto à produção científica pode coexistir com o tradicional modelo de publicação científica	28,26% 13	43,48% 20	10,87% 5	15,22% 7	2,17% 1	46	2,20

Fonte: (GOMES, 2015).

Em “el acceso abierto cambiará la comunicación científica en mi área de investigación en los próximos años” 86,36% dos mexicanos concordavam plenamente (40,91%) ou simplesmente concordavam (45,45%) e somente 4,55% não tinham uma opinião formada frente aos 19,57% dos brasileiros. 59,09% dos mexicanos concordaram que “el acceso abierto aumenta el número de citas de mis trabajos de investigación” e “el acceso abierto aumenta el acceso a la difusión de las publicaciones científicas”. Já em “el acceso abierto a la producción científica puede coexistir con el tradicional modelo de publicación científica” a proporção foi: 33,33% concordavam plenamente, 47,62% concordavam, 4,76% não tinha opinião e 14,29% estavam em desacordo.

Já a décima pergunta era “qual a sua opinião sobre o princípio da disponibilização em acesso aberto das publicações científicas resultantes de projetos financiados por programas públicos?” com 39 respondentes brasileiros, ou seja, 84,78% afirmando que “concordo plenamente”, 7 respondentes (15,22%) com o “concordo” e 0% “sem opinião”, “discordo” e “discordo plenamente”. No México, os dados foram diferentes, a saber: 50% “concuerto plenamente”, 27,27% “estoy de acuerdo” e 22,73% “sin opiniones”.

Para a segunda parte do questionário os dados descritivos são assim apresentados:

1. Como reagiria perante um mandato de acesso aberto à produção científica implementado por órgãos governamentais do seu país? (Capes, CNPq, etc - no caso brasileiro).

Tabela 3 - resposta questão 1 - segunda parte do questionário

Opções de resposta	Brasileiros	Mexicanos
Cumpriria integralmente com facilidade	82,86% (29)	92,31% (12)
Cumpriria integralmente com desagrado	5,71% (2)	0,00% (0)
Cumpriria parcialmente	11,43% (4)	7,69% (1)
Não cumpriria	0,00% (0)	0,00% (0)
TOTAL	35	13

Fonte: (GOMES; 2015)

2. Na sua opinião, qual a forma mais fácil de satisfazer os requisitos de uma política obrigatória de acesso aberto à produção científica?

Tabela 4 - resposta questão 2 - segunda parte do questionário

Opções de resposta	Brasileiros	Mexicanos
Depositar uma cópia do artigo num repositório institucional/temático	14,29% (5)	7,69% (1)
Publicar em revistas científicas de acesso aberto	31,43% (11)	23,08% (3)
Combinar a publicação em revistas de acesso aberto e o depósito de artigos num repositório institucional/temático	45,71% (16)	61,54% (8)
Não sei / sem opinião	8,57% (3)	7,69% (1)
TOTAL	35	13

Fonte: (GOMES; 2015)

3. Na sua opinião, se o editor definir um período de tempo durante o qual sua publicação não pode estar em acesso aberto, devem ser considerados:

Tabela 5 - resposta questão 3 - segunda parte do questionário

Opções de resposta	Brasileiros	Mexicanos
6 meses	25,71% (9)	15,38% (2)
9 meses	0,00% (0)	0,00% (0)
12 meses	11,43% (4)	7,69% (1)
18 meses	0,00% (0)	0,00% (0)
Sem período de embargo, imediatamente disponível	54,29% (19)	69,23% (9)
Não sei / sem opinião	8,57% (3)	7,69% (1)
TOTAL	35	13

Fonte: (GOMES; 2015)

4. O acesso aberto pode ser relevante não apenas para as publicações mas também para os dados científicos. Qual a sua opinião sobre o princípio da disponibilização em acesso aberto dos dados científicos resultantes de projetos financiados por programas públicos?

Tabela 6 - resposta questão 4 - segunda parte do questionário

Opções de resposta	Brasileiros	Mexicanos
Concordo plenamente	62,86% (22)	76,92% (10)
Concordo	25,71% (9)	15,38% (2)
Sem opinião	5,71% (2)	7,69% (1)
Discordo	2,86% (1)	0,00% (0)
Discordo plenamente	2,86% (1)	0,00% (0)
TOTAL	35	13

Fonte: (GOMES; 2015)

5. Indique o número de publicações que melhor define a sua produção científica anual:

Tabela 7 - resposta questão 5 - segunda parte do questionário

Opções de resposta	Brasileiros	Mexicanos
Menos de 1 por ano	8,57% (3)	30,77% (4)
De 1 a 5 por ano	80,00% (28)	61,54% (8)
De 6 a 12 por ano	5,71% (2)	7,69% (1)
Mais de 12 por ano	5,71% (2)	0,00% (0)
TOTAL	35	13

Fonte: (GOMES; 2015)

6. Já disponibilizou alguma das suas publicações em acesso aberto?

Tabela 8 - resposta questão 6 - segunda parte do questionário

Opções de resposta	Brasileiros	Mexicanos
Sim, através de depósito num repositório em acesso aberto	20,00% (7)	7,69% (1)
Sim, através da publicação em uma revista em acesso aberto	42,86% (15)	23,08% (3)
Sim, através do depósito num repositório e da publicação numa revista em acesso aberto	20,00% (7)	53,85% (7)
Não	17,14% (6)	15,38% (2)
TOTAL	35	13

Fonte: (GOMES; 2015)

7. Indique o número aproximado dos artigos em acesso aberto:

Tabela 9 - resposta questão 7 - segunda parte do questionário

Opções de resposta	Brasileiros	Mexicanos
Depositados em repositórios institucionais	62,50% (15)	72,73% (8)
Depositados em repositórios temáticos	54,17% (13)	72,73% (8)
Publicados em revistas científicas em acesso aberto	91,67% (22)	90,91% (10)
	Responderam: 24 Ignoraram: 11	Responderam: 11 Ignoraram: 2

Fonte: (GOMES; 2015)

8. Na sua opinião, quais são os três principais motivos para proceder ao depósito dos seus artigos científicos em repositórios institucionais / temáticos (Indique no máximo 3 motivos)

Tabela 10 - resposta questão 8 - segunda parte do questionário

Opções de resposta	Brasileiros	Mexicanos
Aumenta a visibilidade e o impacto (citações) da pesquisa	70,59% (24)	53,85% (7)
Aumenta a rapidez de disseminação dos resultados da pesquisa	67,65% (23)	30,77% (4)
É obrigatório na minha instituição	17,65% (6)	7,69% (1)
Posso delegar essa tarefa em outra pessoa	2,94% (1)	7,69% (1)
Existe suficiente suporte técnico na minha instituição	0,00% (0)	0,00% (0)
A editora autoriza o depósito em repositórios institucionais	0,00% (0)	7,69% (1)
O processo de depósito é rápido e simples	17,65% (6)	15,38% (2)
É um requisito do financiador da minha pesquisa	5,88% (2)	0,00% (0)
É uma forma de preservar a minha produção científica	50,00% (17)	84,62% (11)
Publico em revistas de acesso aberto	38,24% (13)	53,85% (7)
	Responderam: 34 Ignoraram: 1	Responderam: 13

Fonte: (GOMES; 2015)

9. Na sua opinião, quais são os três principais motivos para não depositar os seus artigos científicos num repositório institucional / temático (indique no máximo 3 motivos):

Tabela 11 - resposta questão 9 - segunda parte do questionário

Opções de resposta	Brasileiros	Mexicanos
Duplicação de tarefas (disponibilização dos artigos noutros sistemas)	25,81% (8)	46,15% (6)
Falta de conhecimento sobre as políticas de depósito dos editores	32,26% (10)	38,46% (5)
Falta de conhecimento sobre o carácter obrigatório das políticas institucionais	9,68% (3)	0,00% (0)
Falta de conhecimentos técnicos e formação no uso do sistema	35,48% (11)	30,77% (4)
Falta de suporte na instituição	22,58% (7)	23,08% (3)
Falta de tempo para realizar o depósito	19,35% (6)	15,38% (3)
Falta de uma pessoa em quem possa delegar a tarefa do depósito	6,45% (2)	7,69% (1)
Insuficiente formação no uso do sistema	16,13% (5)	15,38% (3)
Não existe um repositório institucional ou temático adequado	45,16% (14)	23,08% (3)
Não identifico vantagens no depósito das publicações	9,68% (3)	7,69% (1)
Não reconheço vantagens no acesso aberto	6,45% (2)	0,00% (0)

Opções de resposta	Brasileiros	Mexicanos
O processo de depósito é demorado e/ou complexo	9,68% (3)	7,69% (1)
Os meus colegas também não o fazem	3,23% (1)	0,00% (0)
Receio de ser vítima de plágio	19,35% (6)	15,38% (2)
Receio de violar os direitos do autor	3,23% (1)	30,77% (4)
	Responderam: 31 Ignoraram: 4	Responderam: 13

Fonte: (GOMES; 2015)

A décima questão da segunda parte era “aberta” para “comentários gerais” e obteve, no contexto brasileiro, 7 respostas completamente distintas como, por exemplo, “interessante pesquisa e interessante discussão. Falta conhecimento sobre a existência de publicações de acesso aberto no Brasil e no exterior e qual o reconhecimento que será dado pelo meio científico e pelo CAPES/CNPQ para este tipo de publicação. E como são classificadas estas publicações quanto ao Qualis?” e “acredito que o conceito de metadados no acesso aberto é algo que deve ser fortemente incentivado”. Já no México foram três comentários, sendo dois simplificados (“no” e “ninguno”) e outro mais detalhado (“En relación con los repositorios institucionales, y con la producción científica en general, considero que existe un gran desconocimiento por parte de la mayoría de los profesores investigadores que laboran en mi institución. Por citar un ejemplo, una profesora con más de 30 años de trayectoria, y que incluso perteneció durante un tiempo al Sistema Nacional de Investigadores -SNI- de México, me comentó que no sabía la diferencia entre una revista de divulgación y una científica -especializada-; que ella enviaba a publicación sus artículos sólo con base en el nombre de la revista y su relación con la temática correspondiente. Y así están la mayoría, lo que disminuye la visibilidad de su producción. Y en cuanto al repositorio, quienes lo administran en la institución, desconocen la diferencia entre un texto académico y científico, no saben registrar adecuadamente el material y la producción de los profesores (“suben” de manera indistinta tesis dirigidas, junto con artículos y capítulos de libro, o bien, material didáctico); aparte, registran dicha producción bajo varios nombres -un apellido y un nombre de un investigador, en otro registro los dos apellidos y el nombre del mismo investigador; o un apellido e iniciales, etc.-. En suma, hay desconocimiento en torno al tema de la producción, al registro en repositorios, y por

supuesto, en cuanto a las implicaciones del acceso abierto tanto por parte de profesores como por autoridades encargadas de ello”.

## DISCUSSÃO DOS RESULTADOS PARCIAIS

O breve questionário exposto nessa pesquisa delineou, mesmo que de forma inicial, um primeiro panorama sobre o conhecimento dos pesquisadores de Turismo no Brasil e no México sobre o *open access*. Constata-se, pois, que existe uma “distância” significativa entre o quê de fato acontece em âmbito internacional - como, por exemplo, a existência da *Open Access Initiative* (OAI) e do Movimento do Acesso Livre (Ali) - e o quê os pesquisadores conhecem no Brasil. Essa distorção é perceptível, também, pela ótica conceitual. Nas questões “conhece e compreende o conceito de acesso aberto (Open Access) à produção científica?” e “se sim, descreva”, 37 responderam “sim”, ou seja, 80,43% e 9 “não”, correspondente a 19,57%, no entanto, a maioria das respostas foi genérica - em nenhuma delas encontramos, por exemplo, a citação ao termo “via verde” ou “via dourada”. Duas expressões extremamente absorvidas e comentadas pela comunidade científica em diversas áreas e que são recomendadas pela Declaração de Budapeste há mais de 10 anos: a “via verde”, na qual o acesso aberto é proporcionado através do auto-arquivamento das pesquisas científicas, por parte do autor, em repositórios e a outra, denominada “via dourada”, que é referente aos periódicos científicos, também, em acesso aberto. E qual é a hipótese para toda essa “discussão” estar tão distante da comunidade científica de Turismo no Brasil? A falta de internacionalização dos seus profissionais? O pouco interesse por questões ligadas a Comunicação Científica e/ou a Ciência da Informação em contraponto aos aspectos econômicos da atividade? A área ser relativamente recente? Enfim, são muitas as alternativas e poucas as respostas.

O oposto, do mencionado na questão supracitada, ocorreu com as respostas dos mexicanos que, com a média de idade e titulação maiores, esmiuçaram com clareza os conceitos envolvidos com o OA.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Cabe salientar, só para complementar todos esses aspectos e voltando para o objeto dessa pesquisa, que o presente artigo não cobre, até pela limitação de espaço, todos os aspectos interpretativos dos dados coletados e, também, não adentra as correlações desses com a literatura corrente. O acesso aberto ainda é uma questão contemporânea mas já carrega um certo histórico em seus movimentos que, a despeito de todas as suas conquistas, não conseguiu “derrotar” os grandes cartéis editoriais. Além disso, o advento da internet com as suas redes sociais e sites de compartilhamentos de documentos acabou deixando, pela ótica de alguns pesquisadores, a causa menos relevante. E, no caso de áreas novas, como o Turismo, tais aspectos se sobrepõem, ao fato dos periódicos já serem configurados, desde a sua concepção, de forma aberta (principalmente no Brasil onde todos são) e da produção teórica resultante não ser suficientemente relevante para adentrar as revistas melhores qualificadas nos indexadores internacionais - quase que num ciclo vicioso, as grandes corporações editoriais.

## REFERÊNCIAS

ANTON, B. (2003) Issues and impacts of the changing nature of Scientific Communication. In: Optometry and Vision Science, v.80, n.6, p.403-410.

ATKINSON, R.C. (2003). A new world of Scholarly Communication. In: Chronicle of Higher Education, v.50, n.11, p.16.

BERGMAN, Sherrie. (2006). The Scholarly Communication movement: highlights and recent developments. In: Collection Building, v.25, n.4, p.108-128.

BJORK, B.-C. (2007). A Model of Scientific Communication as a global distributed information system. In: Information Research , v.12, jan.

BORGMAN, C.L. (2000). Digital libraries and the continuum of Scholarly Communication. In: Journal of Documentation, v.56, n.4.

BROWN, David J. Repositories and journals: Are they in conflict?: A literature review of relevant literature. In: Aslib Proceedings: New Information Perspectives, v.62, n.2, p.112-143, 2010.

BROWN, Douglas. Scientific Communication and the dematerialization of scholarship. In: ProQuest CSA - Discovery Guides, 2007.

FRIEDLANDER, A. (2008). The Triple Helix: Cyberinfrastructure, Scholarly Communication, and trust. In: Journal of Electronic Publishing, v.11.

FYFFE, R. (2002). Technological change and the Scholarly Communications reform movement: reflections on Castells and Giddens. In: Library Resources and Technical Services, v.46, n.2, p.50-61.

GOMES, Cristina Marques. (2013). Comunicação Científica: Alicerces, transformações e tendências. Covilhã, UBI, LabCom, Livros LabCom.

\_\_\_\_\_. Paradigma do Acesso Aberto (Open Access): alguns apontamentos para os estudiosos do Turismo no Brasil. In: Turismo em Análise, v.21, n.2 (2010).

\_\_\_\_\_. (2015). O Acesso Aberto no Turismo: Cartografia Brasileira. Projeto de Pesquisa - CNPq - Chamada Universal - MCTI/CNPq N<sup>o</sup> 14/2013 (pesquisa em andamento).

GUÉDON, J.-C. (2001). Oldenburg's long shadow: librarians, research scientists, publishers and the control of scientific publishing. In: Creating Digital Future, maio.

GUMIEIRO, Katiúcia Araújo. Modelos de negócios para periódicos científicos eletrônicos em acesso aberto. Brasília: UnB, 2009 (Dissertação de Mestrado).

HAHN, Karla. (2006). New tools for new times: remodeling the Scholarly Communication system. In: College & Research Libraries News, v.67, n.10.

HARNAD, S. (2007). Entrevista com Steven Harnad (versão Hélio Kuramoto). In: In: Bibli.: R. Eletr. Bibliotecon. Ci. Inf., Florianópolis, n. Esp., 1<sup>o</sup> sem.

\_\_\_\_\_. (1998). Learned inquiry and the net: the role of peer review, peer commentary and copyright. In: Learned Publishing, v.11, n.4.

\_\_\_\_\_. (1991). Post-Gutenberg galaxy: the fourth revolution in the means of production of knowledge. In: Public-Access Computer Systems Review, v.2, n.1, p.39-53.

\_\_\_\_\_. (1990). Scholarly skywriting and the prepublication continuum of scientific inquiry. In: American Psychological, v.1, n.6.

\_\_\_\_\_. (2006). Optimizing OA self-archiving mandates: what? where? when? why? How? Technical Report, ECS, University of Southampton.

HJORLAND, B. (2002). Domain analysis in Information Science: eleven approaches ± traditional as well as innovative. In: Journal of Documentation, v.58, n.4, p.422-62.

HURD, J. M. (1996). Models of Scientific Communications systems. In S. Y. CRAWFORD, J. M. HURD, & A. W. WELLER, From Print to Electronic: The Transformation of Scientific Communication. USA: Information Today.

KLING, R. (2000). Learning about information technologies and social change: The contribution of social informatics. In: Information Society, v.16, n.3, p.217-232.

\_\_\_\_\_. (2004). The internet and unrefereed scholarly publishing. In: Annual Review of Information Science and Technology, v.38, p.591-631+xix-xx.

LAGOZE, Carl; VAN DE SOMPEL, Herbert. (2001). The Open Archives Initiative: building a low-barrier interoperability framework. In: Joint Conference on Digital Libraries, v.1.

LYNCH, C. (2003). The transformation of Scholarly Communication and the role of the library in the age of networked communication. In: Serials Librarian, v.3, p.5-20.

MEYER, E.T., SCHROEDER, R. (2009). The world wide web of research and access to knowledge. In: Knowledge Management Research and Practice, v.7, n.3, p.218-233.

ODLYZKO, A. (2002). The rapid evolution of Scholarly Communication. In: Learned Publishing, v.15, p.7-19.

OPPENHIEM, C. Electronic scholarly publishing and open access. In: Journal of Information Science, v.34, n.4, 2008

PRADIP, Joshi; NIKOSE, S.M. New gateways to Scholarly Communication through open access. In: Impact of Library and Information Centres on National Development, Nabira Mahavidyalaya, Katol (India), 2010.

PIKAS, C. K. (2006). The impact of information and communication technologies on informal scholarly Scientific Communication: a literature review. Prepared for LBSC878: Doctoral Seminar in Information Studies. USA: University of Maryland College of Information Studies.

ROWLANDS, I. (2003). Knowledge production, consumption and impact: policy indicators for a changing world. In: Aslib Proceedings, v.55, n.1-2, p.5-12.

SCHROEDER, R.; FRY J. (2007). Social science approaches to e-science: framing an agenda. In: Journal of Computer-Mediated Communication, v.12, n.2.

SONDERGAARD, T., ANDERSEN, J.; HJORLAND, B. (2003). Documents and the communication of scientific and scholarly information revising and updating the UNISIST Model. Journal of Documentation, v.59, p.278-320, 2003.

TENOPIR, C.; King, D. W. (2000). Towards electronic journals - realities for scientists, librarians and publishers. USA: Special Libraries Association.

VICKERY, B. C. (2000). Scientific Communication in history. London: The Scarecrow Press, 2000.

#### **Cronologia do Processo Editorial**

Recebido em: 09. jan. 2018

Aprovação Final: 24. jun. 2018

#### **Referência (NBR 6023/2002)**

GOMES, Cristina Marques; HERRERA, Manuel Ramón González. Open Access e turismo: dados brasileiros e mexicanos. **Turismo: Estudos & Práticas (RTEP/UERN)**, Mossoró/RN, vol. 7, n. 1, p. 157-173, jan./jun. 2018.